

## ANÁLISE DE RETORNO DE INVESTIMENTO NO SALÃO DE BELEZA ESTÚDIO MARIA NOGUEIRA EM LIMEIRA – SP

### ANALYSIS OF RETURN ON INVESTMENT IN THE ESTÚDIO MARIA NOGUEIRA IN LIMEIRA - SP

Adriano Santos de Oliveira <sup>1</sup>

Carlos dos Santos Jesus <sup>2</sup>

Gabriel Tintori Minetto <sup>3</sup>

Ricardo Reis Oliveira Prado <sup>4</sup>

Robson Nicolau Santos <sup>5</sup>

Prof. Esp. Eder Moreira de Freitas (orientador)

#### RESUMO

Os proprietários do Estúdio Maria Nogueira questionam, em meio a uma crise econômica, se o capital investido no negócio ainda é a opção mais rentável de investimento. A metodologia utilizada foi a pesquisa descritiva, documental cuja coleta de dados foi quali-quantitativa. Foram elaborados os balanços patrimoniais de 2019 e 2020, e aplicados e analisados indicadores financeiros. Houve mudança relevante na estrutura de capital, principalmente o passivo circulante e não circulante, devido a contratações de empréstimos para pagamento de custo fixo que aumentaram o capital de terceiros e reduziram o capital próprio em 2020. Apenas o Retorno sobre Ativos (ROA) apontou um rendimento abaixo da taxa SELIC deste ano, entretanto, a baixa liquidez do ativo inviabilizou uma realocação de recurso no curto prazo. Conclui-se, portanto, que apesar de os resultados dos indicadores terem sofrido variações negativas, seus rendimentos ainda apontaram para taxas superiores a SELIC, indicando que é viável a continuidade do negócio.

**Palavras-chave:** Balanço Patrimonial. Indicadores Financeiros. Retorno de Investimento.

#### ABSTRACT

The owners of Estúdio Maria Nogueira are questioning, in the midst of an economic crisis, whether the capital invested in the business is still the most profitable investment option. The methodology used was descriptive, documentary research which data collection was Quali-Quantitative. The balance sheets for 2019 and 2020 were elaborated

<sup>1</sup> Graduando em Administração de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas

<sup>2</sup> Graduando em Administração de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas

<sup>3</sup> Graduando em Administração de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas

<sup>4</sup> Graduando em Administração de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas

<sup>5</sup> Graduando em Administração de Empresas pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas

and analyzed the financial indicators were applied. There was a relevant change in the capital structure, mainly current and non-current liabilities, due to the contracting of loans to pay a fixed cost, which increased third-party capital and reduced equity in 2020. Only the ROA indicated an income below the SELIC rate of this year, however, the low liquidity of the asset made it impossible to reallocate resources in the short term. Therefore, it can be concluded that although the results of the indicators suffered negative variations, their income still pointed to rates above the SELIC, indicating that continuity of the business is feasible.

**Keywords: Balance sheet. Financial Indicators. Return on Investment.**

## 1. INTRODUÇÃO

No atual cenário, em que a crescente abertura de negócios no ramo de beleza e estética pressiona cada vez mais para baixo os preços dos serviços, proporcionando principalmente a divisão das rendas e a queda da rentabilidade de investimentos realizados neste segmento, especialmente naqueles estabelecimentos cujos custos fixos são mais altos por conta de sua estrutura organizacional mais robusta, e com o agravamento da queda de receitas provocadas pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), muitos proprietários reavaliam seus negócios objetivando verificar sua atratividade e, conseqüente, continuidade. Nesta ótica, não fazer análises sobre qualquer novo investimento, assim como não reavaliar continuamente os retornos de capitais já investidos é ingenuidade, pois aumenta consideravelmente os riscos de perdas, capazes de comprometerem a continuidade do negócio propiciando inclusive a ocorrência de falência.

Segundo pesquisa veiculada pela “Dino” na rede através do site Terra em janeiro de 2020, “apesar da crise pela qual o país tem passado nos últimos anos, o mercado da estética está em alta no Brasil” (DINO, 2020). Já na contramão desta notícia, o jornal das associações comerciais do estado de São Paulo “Diário do Comércio” veiculou em janeiro de 2021 que cerca de 20% dos estabelecimentos deste setor estariam fechando as portas, devido principalmente à queda de receita (LIGNELLI, 2021)

Com vistas à estas considerações, a microempresa denominada Estúdio Maria Nogueira atuante no ramo de beleza e estética na cidade de Limeira - SP, e objeto de estudo desta pesquisa, questiona se, seu atual modelo de negócio, ainda pode ser considerado uma opção rentável.

Este trabalho tem como objetivo, analisar dados e registros financeiros e contábeis da microempresa Estúdio Maria Nogueira, com base em indicadores de desempenho, tais como: Retorno sobre ativos - ROA, Retorno sobre o patrimônio líquido - ROE, Tempo de retorno do investimento - *Payback*, Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização - EBITDA, e a Taxa de crescimento anual composta - CAGR (*Compound Annual Growth Rate*). A análise de viabilidade do rendimento dos ativos com base na taxa SELIC visa responder à questão levantada pelos proprietários, se o retorno do capital aplicado está sendo atrativo ou se é possível aplicar este recurso em outras áreas, pois em função do período conturbado causado pelos *lockdowns*, identificou-se que os possíveis retornos deixaram menos atrativas outras linhas de investimentos, tornando esta pesquisa não somente um tema atual, mas também de grande relevância, possibilitando tanto aos proprietários, quanto aos pesquisadores e outros interessados, compreenderem as atuais nuances em atividade no ramo de beleza e estética.

Para atingir esse objetivo optou-se pela pesquisa bibliográfica, descritiva, documental e por uma abordagem qualitativa-quantitativa de dados financeiros.

A coleta dos dados aplicada nesta pesquisa deu-se entre março e setembro de 2021, contemplando dados referentes ao período de janeiro de 2019 a dezembro 2020, expostos em documentos, relatórios e outros registros fornecidos pela microempresa Estúdio Maria Nogueira, inclusive valores e resultados obtidos no período disponíveis nos balanços, controles fiscais e financeiros correspondentes e outros.

## **2. A CONTABILIDADE COMO GERADORA DE COMPREENSÃO E DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO**

O empresário que busca a abertura de seu próprio negócio, almeja que o investimento de capital por ele realizado lhe proporcione um retorno no mínimo compatível com os possíveis riscos incumbidos na abertura de seu estabelecimento, através da geração de resultados econômicos e financeiros, ou seja, lucro e caixa, a curto, médio e longo prazo, visto que o investimento é realizado com cunho permanente. Para Marion (2006, p. 340), os investimentos “são aplicações relativamente permanente, com propensão a produzir renda para a empresa”.

A proporção de sucesso de um negócio carece de tomadas de decisão assertivas pelos seus proprietários e administradores sejam realizadas. Desde que se iniciou a habitação dos seres humanos na terra, há milhares de anos atrás, perpetuando-se até os

dias atuais, diariamente, estes têm que tomar decisões com frequência. Segundo Mankiw (2007), para uma tomada de decisão é exigível fazer a escolha de um objeto em oposição de outro.

As decisões mais importantes demandam uma atenção maior, ou seja, uma análise mais profunda sobre a necessidade do que deve ser feito visto que uma decisão mal tomada pode causar prejuízos irreversíveis para toda uma vida. No mundo dos negócios, o cenário não é diferente, os empresários precisam tomar decisões a todo momento para abrir um novo negócio ou manter um já existente. No entanto, para que essas decisões possam ter um grau maior de exatidão é de suma importância a necessidade de dados e informações corretas que subsidiem o caminho para o sucesso de um determinado negócio. Para Churchill e Peter (2000), os dados se embasam em fatos e estatísticas, enquanto as informações têm como referencial os dados exibidos de forma que possam ser benéficos para uma tomada de decisão.

A partir desse pressuposto, a contabilidade surge para exercer esse papel, de auxiliar o empresário em seu dia a dia possibilitando assim uma visão macro e micro do negócio. A contabilidade é uma das ciências mais antigas que existe em todo o mundo, visto que há milhares de anos antes de Cristo o homem precisou de alguma forma, contabilizar seus rebanhos de ovelhas, como descrito por Marion (2006), o que é reforçado por Iudícibus (1997) que considera que o ato contábil existe desde a época do homem primitivo, pois este fazia a contabilidade de seus bens, mesmo que de forma básica.

Entende-se que a contabilidade é definida como a ciência social que estuda, interpreta e registra os fenômenos que de alguma forma afetam o patrimônio de uma organização, possibilitando então informações para seus usuários. Martini (2013, p. 4) apresenta a seguinte definição: “a contabilidade é uma ciência social que tem por finalidade registrar, controlar e interpretar os eventos que alteram o PATRIMÔNIO de uma ENTIDADE, com o objetivo de FORNECER INFORMAÇÕES aos seus usuários”.

A contabilidade tem por objetivo registrar e analisar os conjuntos de fatores pertinentes a formação, movimentações e possíveis variações do patrimônio que está ligado a organização, assegurando um controle das atividades realizadas, através de informações necessárias para ações administrativas, como por exemplo, na tomada de decisão, sendo então possível aos proprietários e os demais interessados terem uma visão

holística e uma previsão futura do estado patrimonial e resultados desenvolvidos e alcançados de uma organização, assim, Marion (2006, p.26) complementa que:

O objetivo principal da contabilidade, portanto, conforme a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, é o de permitir a cada grupo principal de usuários a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras (MARION, 2006, p. 26)

Os princípios fundamentais da contabilidade são classificados como sendo os princípios básicos no que diz respeito aos fenômenos e eventos abrangidos pela contabilidade, onde se trata de um composto de normas que tem como finalidade orientar a construção de relatórios contábeis, permitindo assim um conhecimento constante destas demonstrações. Para Marion (2006, p.137), princípios contábeis são:

Princípios contábeis propriamente ditos. São preceitos básicos que devem orientar os registros contábeis, mutáveis no tempo, sujeitos a discussão, sendo estes, o da entidade, o da continuidade, o da oportunidade, o do registro pelo valor original, o da atualização monetária; o da competência, e o da prudência. (MARION, 2006, p. 137)

Além dos princípios fundamentais, como já exposto anteriormente, a contabilidade segue o método das partidas dobradas registrado pelo pai da contabilidade moderna Frei Luca Pacioli em 1494. Este autor afirma que para cada valor registrado no Débito deve ter um registro com o mesmo valor contabilizado no Crédito. Segundo Silva (2015, p.54), “o método das partidas dobradas pressupõe que os valores dos débitos sejam iguais aos valores dos créditos. Caso isso não ocorra, o processo contábil foi feito com algum erro”.

Dito isso, a contabilidade tem como base dois regimes nos quais as empresas podem enquadrar-se, sejam elas empresas privadas e/ou sem fins lucrativos: o **Regime de competência**: as receitas e despesas têm de ser reconhecidas no levantamento dos resultados a que estas pertencem, de forma coincidente, quando se confrontarem. As despesas por sua vez devem ser reconhecidas independentemente da realização de seu pagamento, enquanto as receitas serão reconhecidas no momento de sua execução; o **Regime de Caixa**: que ao contrário do regime de competência, considera os registros dos documentos na data de pagamento ou recebimento, similar à uma conta bancária, ou seja, o financeiro da empresa registra os custos, as despesas, receitas e investimentos dentro do mês que foram recebidos ou pagos.

Segundo Marion (2006), o Balanço Patrimonial é nomeado a demonstração contábil mais importante de uma organização, visto que é através deste que seus proprietários e administradores conseguem identificar a posição patrimonial e as atividades financeiras realizadas em um determinado período prefixado pela entidade, normalmente, esta data encerra-se no dia 31 de dezembro de cada ano, no entanto, algumas organizações predeterminam um período para a apresentação deste documento, de acordo com suas necessidades e políticas.

Martini (2013) e Favero *et al* (1997) complementam essa linha de pensamento expondo que o Balanço Patrimonial é uma demonstração que representa de forma avaliativa e quantitativa, a posição financeira e patrimonial de uma entidade em uma data estabelecida. A constituição do Balanço Patrimonial (BP) é formada por duas colunas: a coluna encontrada no lado esquerdo é composta pelo Ativo, enquanto a coluna no lado direito é composta pelo passivo e patrimônio líquido.

Favero *et al* (1997) descreve que a coluna do ativo é composta por todos os bens e direitos a disposição da organização, resultantes de operações realizadas no passado, no presente e que resultem proventos no futuro, ou seja, ações realizadas que de alguma forma detenham capacidade de constituição de caixa para a entidade.

Já Marion (2006, p. 42), apresenta assim os bens e direitos da organização, “Bens: máquinas, terreno, estoque, dinheiro (moeda), ferramentas, veículos, instalações etc. Direitos: Contas a receber, duplicatas a receber, títulos a receber, ações, depósitos em contas bancárias (direito de saque), títulos de crédito etc.” Vale ressaltar que, para se enquadrar na coluna do ativo, é indispensável que seja preenchida suas quatro particularidades de características básicas, ser classificada como 1º - Bens ou direitos; 2º - Propriedades; 3º - Mensurável em dinheiro; e 4º - Benefícios presente ou futuros.

Conforme descrito por Martini (2013), o grupo do ativo pode ser dividido em dois subgrupos, nomeados de ativo circulante: Todos aqueles bens e/ou direitos no qual, de alguma forma, possam ser convertidos em dinheiro a curto prazo, isto é, no período de um ano, ou seja, até o início do exercício social seguinte, e ativo não circulante: (realizável a longo prazo), é constituído por bens e/ou direitos em que, poderão ser convertidos em dinheiro a longo prazo, ou seja, um ciclo excedente a um ano, ou ao ciclo operacional prefixado pela empresa, desde de que superior a um ano.

Ainda na coluna do ativo, se encontra os ativos permanentes, que por sua vez, são itens encontrados em uma organização que não estão destinados a vendas, de maneira

mais clara, estes não sofrem alterações com uma certa frequência como em outros subgrupos do ativo. Para Marion (2006, p.65), os ativos permanentes “são bens e direitos de vida útil longa. A empresa utiliza o Permanente, praticamente, como meio para atingir seus objetivos sociais ou para renda”. O ativo permanente é dividido em três subgrupos assim dispostos, 1º - Investimentos; 2º - o Imobilizado; e 3º - Diferido. Referente especificamente ao Diferido, há uma alteração importante registrada conforme a Lei nº 11.941/2009, na qual regras e limitações para a determinação, classificação e aplicação de ativos como diferido, devem ser observadas e seguidas para adequar-se e atender aos requisitos legais e normativos aplicáveis.

Conforme afirmado por Martini (2013), o passivo é constituído pelas obrigações da organização, ou seja, as contas que se encontram no passivo, são denotadas como capital de terceiros, que de alguma forma, foram adquiridos como forma de investimentos que trarão algum resultado para a entidade a curto e longo prazo. Vale ressaltar que o passivo corresponde a origem dos recursos aplicados pela organização.

Assim como o ativo, as contas do passivo também são denotadas como circulante e não circulante. O passivo circulante é constituído pelas obrigações (contas) da organização que irão vencer dentro do período de um ano, ou até encerrar-se o ciclo operacional da organização, ao mesmo tempo em que o passivo não circulante (exigível a longo prazo) é constituído por obrigações a longo prazo, ou seja, um ciclo excedente a um ano, ou ao ciclo operacional pré-definido pela entidade, quando este for superior a um ano. Para Marion (2006, p.67), “Entende-se por Longo Prazo períodos superiores a um ano, ou superior ao ciclo operacional da empresa quando este for maior que um ano”.

Devido ao grande número de contas que compõe o passivo, o autor Hoji (2007) com o intuito de deixar o entendimento das contas do passivo mais claras para a análise, às divide em subgrupos que são: 1º - Empréstimos e financiamentos; 2º - Fornecedores; 3º - Obrigações fiscais; 4º - Outras obrigações; e 5º - Provisões.

Na coluna (tabela 1) encontra-se o Patrimônio Líquido (PL). No início de uma determinada sociedade, os sócios injetam recursos como, bens ou dinheiro (moeda) para a empresa, estes valores passam a incorporar o PL, estes são registrados no ativo como bens e direitos, assim como registrados no PL como capital social. Estes valores são utilizados para a aquisição de máquinas, equipamentos, instalações, edifícios, dentre outras necessidades dos proprietários. Marion (2006, p. 46), aponta que o PL “evidencia

recursos dos proprietários aplicados no empreendimento. A aplicação inicial dos proprietários (a primeira aplicação) denomina-se, contabilmente como capital”.

Martini (2013) complementa a fala de Marion (2006), expondo que o PL é a diferença entre o ativo e o passivo, de uma determinada organização, isto é, o montante residual dos ativos da organização logo após extrair todos os seus passivos. Conforme a Lei das Sociedades por ações, assim o PL é constituído de: 1º - Capital social; 2º - Reservas de capital; 3º - Reservas de reavaliação; 4º - Reservas de lucro; 5º - Lucro ou prejuízos acumulados; e 6º - Ações em tesouraria.

A partir do que foi exposto anteriormente, o PL é encontrado quando é realizada a subtração do Ativo (bens + direitos) das dívidas incorridas da entidade, isto é, o passivo:

$$\text{ATIVO} - \text{PASSIVO} = \text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO.}$$

Já o Capital Social, é representado por todo o investimento efetivado na organização pelos seus acionistas. Ressalta-se que os investimentos não se embasam unicamente através da integralização dos seus acionistas, mas também se refere aos lucros e outras reservas que não se encontram distribuídos e incorporados ao capital. Martini (2013, p. 15), afirma que “o Capital social registra os recursos aportados (investidos) pelos sócios, como também os ganhos obtidos pela entidade e que, por decisão dos proprietários, foram incorporadas ao Capital social”.

As Reservas de Capital, são os recursos auferidos pelas organizações, e que por sua vez não são exigíveis, assim como não são denotadas receitas. Marion (2006), afirma que as reservas de capital não se originam de resultados do exercício, portanto, não sendo então apuradas, não transitando então na demonstração do resultado do exercício. O autor ainda ressalva que as origens dessas reservas são advindas de ações como, ágio na emissão de ações, prêmio recebido na emissão de debêntures e doações e subvenções para investimentos.

Logo após ser feita a destinação do lucro para as reservas, ou até mesmo dividendos, sempre ocorre de permanecer um remanescente, que por sua vez será utilizado todo ou parcialmente o valor para aumento do capital. Caso ocorra de no final do exercício, ainda se conservar uma parte ou total deste valor, este será acrescido ao lucro líquido anterior, para o exercício seguinte, ocasionando então os lucros acumulados. Em contrapartida os prejuízos acumulados decorrem de valores negativos de exercícios anteriores, podendo ser acrescido de valores negativos de transações atuais que a empresa



não consegue efetuar o pagamento por falta de capital. Para Hoji (2007, p. 266), “os lucros e prejuízos acumulados são lucros (ou prejuízos) remanescentes dos exercícios sociais atual e anteriores, que não tiveram destinação específica”.

Indicadores econômico-financeiros são essenciais para o auxílio na tomada de decisão de administradores e investidores, durante as análises de avaliações das empresas. Uma definição precisa e importante é registrada por Padoveze (2012), que declara: “Indicadores econômico-financeiros são relações matemáticas desenvolvidas a partir dos dados das demonstrações contábeis para obter uma nova informação significativa que amplie o entendimento sobre determinado aspecto econômico e financeiro da empresa”.

Nesse sentido, descreve-se que os indicadores de rentabilidade têm como objetivo auxiliar os administradores de uma organização a traçar estratégias para alocação de capital, e assim demonstrar se seus investimentos já realizados, estão trazendo os resultados esperados para a companhia, para os quais são destacados adiante alguns dos mais importantes. Assim, Silva (2007, p.3) considera que:

Os índices de rentabilidade procuram evidenciar qual foi a rentabilidade dos capitais investidos, ou seja, o resultado das operações realizadas por uma organização, por isso, preocupa-se com a situação econômica da empresa. (SILVA, 2007, p.3)

✓ **ROA** - Segundo Gitman (2012), o (ROA), tem como objetivo medir a eficiência de uma organização, através do quanto ela é capaz de obter lucros a partir dos seus ativos disponíveis, ou seja, quanto mais elevado for o retorno, melhor.

O cálculo para se obter o ROA se dá por:

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}} \times 100$$

✓ **ROE** - O retorno sobre o Patrimônio Líquido é um indicador financeiro que considera a relação de dinheiro ganho, com o aplicado pela empresa, de forma a identificar a viabilidade dos investimentos realizados, assim, quanto mais alto for o retorno, melhor para os proprietários, sendo citado por Padoveze (2012) como o indicador mais importante, por refletir o resultado de ganho da organização.

O cálculo para se obter o ROE se dá por:

$$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$$

✓ **PAYBACK** - Este indicador, tem como finalidade mostrar quanto tempo levará para que o administrador recupere todo o investimento inicial, ou seja, mostra em qual prazo os ganhos acumulados com determinado investimento irão se igualar ao investimento inicial.

O cálculo para se obter o *Payback* se dá por:

$$\frac{\text{Investimento Inicial}}{\text{Ganho no Período}}$$

Gitman (2010) define de forma clara e objetiva este indicador como:

Os períodos de payback são normalmente usados para avaliar propostas de investimento de capital. O período de payback é o tempo necessário para que a empresa recupere o investimento inicial em um projeto, calculado a partir das entradas de caixa. (GITMAN, 2010, p.366)

✓ **EBITDA** - Com a observação deste indicador, espera-se descobrir com mais precisão o que realmente se passa nas finanças da empresa, e se ela ao longo do tempo está conseguindo melhorar em certos quesitos, como na competitividade de mercado, e na sua eficiência de produção. Assim, define-se o EBITDA (*Earning before interest, taxes, depreciation and amortization*) como a avaliação de resultados de lucros, considerando-os antes da realização dos pagamentos dos juros, de impostos, de depreciações e amortizações, ou LAJIDA, como foi denominado e traduzido no Brasil. Nesse contexto, Hoji (2007) elucida descrevendo sua definição em “é considerado pelos analistas financeiros o melhor indicador de geração de caixa de caixa operacional”.

### 3. APRESENTAÇÃO DOS DADOS CONTÁBEIS, BALANÇO PATRIMONIAL E APLICAÇÃO DOS INDICADORES FINANCEIROS

Após a apresentação do conteúdo teórico, dos conceitos contábeis e dos indicadores financeiros, foram obtidos e apresentados os dados contábeis mais relevantes da microempresa Estúdio Maria Nogueira referentes aos anos de 2019 e 2020. Além disso, foi elaborado o balanço patrimonial e analisados os indicadores financeiros mencionados anteriormente com o objetivo de analisar e interpretar os resultados, para posteriormente concluir se o empreendimento possui rentabilidade satisfatória no modelo de negócio vigente e, por fim, propor as alternativas de investimentos mais rentáveis caso

algum indicador apontar para um rendimento inferior aos da taxa básica da economia (SELIC), ou da taxa de poupança dos anos respectivos.

O balanço patrimonial referente aos anos de 2019 e 2020 demonstrou o retrato da microempresa no dia 31 de dezembro dos respectivos anos, e habilitou os elaboradores do balanço à aplicação das informações aos indicadores financeiros para análise e interpretação dos resultados. Para uma clara visualização do que foi descrito em detalhes, seguem os dados levantados e apresentados na seguinte tabela (1):

**Tabela 1 - Balanço Patrimonial - Estúdio Maria Nogueira**

<b>ATIVO</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>
<b>Circulante</b>	<b>30.455,00</b>	<b>40.914,00</b>	<b>Circulante</b>	<b>66.096,00</b>	<b>69.476,00</b>
Caixa	1.600,00	750,00	Salários a Pagar	2.700,00	2.121,00
Banco	17.360,00	18.890,00	Encargos a Recolher	940,00	528,00
Estoque	5.020,00	3.580,00	Férias a Pagar	3.600,00	2.400,00
Contas a Receber	5.925,00	6.020,00	13º a Pagar	300,00	200,00
Aluguel a Receber	550,00	600,00	Comissões a Pagar	6.690,00	12.618,00
Consórcio a Receber	0,00	11.074,00	Fornecedores	16.732,00	20.788,00
			Imposto a Recolher	1.620,00	1.260,00
			Consórcio a pagar	4.210,00	0,00
			Empréstimo CP	29.304,00	29.561,00
<b>Não Circulante</b>	<b>57.865,00</b>	<b>47.000,00</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>0,00</b>	<b>6.032,00</b>
Pgto. de Consórcio	6.865,00	0,00	Empréstimo LP	0,00	6.032,00
Máquinas e Eqtos.	30.000,00	30.000,00			
(Depr. Máqs. e Eqtos.)	-1.500,00	-3.000,00			
Móveis e Utensílios	25.000,00	25.000,00	<b>Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>66.096,00</b>	<b>75.508,00</b>
(Depr. Móveis e Uten.)	-2.500,00	-5.000,00			
			<b>Patrimônio Liq.</b>	<b>22.224,00</b>	<b>12.406,00</b>
			Capital social	10.000,00	10.000,00
			Lucro Acumulado	12.224,00	2.406,00
<b>TOTAL</b>	<b>88.320,00</b>	<b>87.914,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>88.320,00</b>	<b>87.914,00</b>

**Fonte:** Elaborado pelos autores

A partir do balanço patrimonial pode-se concluir que:

- ✓ **ATIVO** - o ativo total da empresa em 2019 era de R\$ 88.320,00 sendo R\$ 30.455,00 em ativo circulante (realizável a curto prazo) e R\$ 57.865,00 em

ativo não circulante (imobilizado ou não realizável a curto prazo). Em 2020 o ativo total era de R\$ 87.914,00 sendo R\$ 40.914,00 em ativo circulante e R\$ 47.000,00 em ativo não circulante. Houve redução de 0,46% no ativo total de 2020 em relação ao ano anterior, indicando estabilidade no ativo.

- ✓ **PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE** - o passivo circulante da empresa (exigível a curto prazo) em 2019 era de R\$ 66.096,00 não havendo nenhuma quantia em ativo não circulante (exigível a longo prazo). Em 2020 o passivo era de R\$ 75.508,00 sendo R\$ 69.476,00 em passivo circulante e R\$ 6.032,00 em passivo não circulante. Houve um aumento de 14,23% no passivo circulante e não circulante de 2020 em relação ao ano anterior devido a necessidade do aumento do endividamento em um ano marcado pelos impactos da pandemia, que levou à paralisação temporária das operações da organização por um longo período do ano devido aos decretos de fechamento de comércios, além da obrigatoriedade de atendimento com capacidade reduzida após o retorno.
  
- ✓ **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** - o patrimônio líquido da organização foi de R\$ 22.224,00 em 2019 e R\$ 12.406,00 em 2020, representando uma queda de 44,17%. O motivo que levou a queda do patrimônio líquido foi a redução da receita e conseqüente geração de caixa, em função do cerceamento das atividades comerciais da organização devido o surgimento da pandemia, obrigando os proprietários a aumentar o nível de endividamento (aumento de passivo) para pagamento de custo fixo, tornando a variação do passivo positiva (14,23%) em detrimento a uma variação negativa do ativo (-0,46%).
  
- ✓ **RESERVA DE CAPITAL** - houve captação de recursos oriundos de fontes pessoais dos proprietários a fim de serem incorporados na conta corrente da empresa no ano de 2020 para amenizar os impactos financeiros em decorrência da pandemia. O valor aportado de R\$16.000,00 em caráter de empréstimo de curto prazo, da pessoa física da sócia Maria Nogueira para a pessoa jurídica de mesmo nome, que será futuramente quitada, evitou que a microempresa contraísse ainda mais dívida contratada por bancos que elevaria ainda mais o

passivo da organização devido ao alto custo das taxas de manutenção e dos juros da dívida. No balanço patrimonial os recursos aportados entraram no ativo como banco, e no passivo como empréstimo de curto prazo a pagar. Portanto, não houve variação no capital social da empresa nos períodos analisados nesse trabalho.

- ✓ **LUCRO ACUMULADO** - o lucro acumulado ao final do período de 2019 era de R\$ 12.224,00 e ao final de 2020 eram de R\$ 2.406,00, sendo registrado uma variação negativa de 80,32%. A diminuição tem como causa a forte redução da receita da empresa que não foi acompanhada pela mesma redução do custo fixo de manutenção da organização, culminando no achatamento da margem líquida de lucro. Além disso, o lucro acumulado foi sendo consumido a medida em que foram sendo necessários os pagamentos do custo fixo da organização ao longo do ano de 2020, o qual teve forte redução de receita bruta.
  
- ✓ **ROA** - o retorno do ativo do período de 2019 foi aferido em 13,84%, já em 2020 esse indicador resultou em um rendimento de 2,74%. Assim, considera-se satisfatório o rendimento do ativo de 2019 se comparado à taxa de juros SELIC, reputada como sendo a taxa básica da economia nacional fixada pelo Banco Central do Brasil, que nesse mesmo período teve um rendimento acumulado de 5,78% ao ano, e se comparado à taxa de poupança de 2019 que teve um rendimento acumulado de 4,34% ao ano. No entanto, em 2020 o retorno do ativo despencou para 2,74%, enquanto a taxa SELIC acumulava um rendimento de 2,77% ao ano e a poupança de 2,11% ao ano. Nesse caso conclui-se que no ano de 2020 especificamente, teria sido mais vantajoso a transferência do capital para algum ativo de renda fixa atrelado ao rendimento de 100% da SELIC, visto que dessa forma o retorno do investimento seria maior.
  
- ✓ **ROE** - o retorno do patrimônio líquido ao final de 2019 foi aferido em 55,00% neste período, já em 2020 o rendimento do patrimônio líquido foi de 19,39%. Se comparados às taxas SELIC e poupança dos respectivos anos, tem-se que o rendimento do patrimônio líquido foi satisfatório em ambos os anos. No entanto, ao se analisar a variação do rendimento do patrimônio líquido nos períodos, constata-se uma queda de 35,61 pontos percentuais, indicando a perda do poder

de rendimento do patrimônio líquido. Além disso, observa-se uma forte queda de 44,17% no patrimônio líquido de 2020 em relação ao ano anterior. E a variação das reservas de lucro do lucro acumulado foi ainda mais acentuada: queda de 80,32% entre os períodos, demonstrando a tendência de baixa do rendimento em consequência da pandemia.

- ✓ **PAYBACK** - o *payback* é levantado a partir da razão entre o investimento inicial e o lucro acumulado do período. Em 2019 o resultado foi de 0,82 ano, significando que o investimento do capital social aportado no início do negócio no valor de R\$ 10.000,00 seria recuperado em aproximadamente 9 meses e 25 dias. Já no período de 2020 o resultado foi de 4,16 anos, ou seja, o valor de R\$ 10.000,00 seria recuperado em aproximadamente 4 anos e 2 meses.
  
- ✓ **EBITDA** - o EBITDA da empresa contabilizado no ano de 2019 foi o resultado encontrado da adição das despesas não monetárias (amortização e depreciação) e não operacionais (juro da dívida e impostos) ao lucro operacional (lucro obtido pela atividade fim da empresa), dando um resultado que representou 40,96% da receita daquele ano. O resultado do EBITDA de 2020 equivaleu a 32,10% da receita mensal média daquele ano. A queda de 8,86 pontos percentuais se deve ao desaquecimento da economia por consequência da crise sanitária global que se iniciou em 2020, reduzindo a receita e achatando a margem de lucro operacional.
  
- ✓ **CAGR** - a taxa de crescimento anual composta da empresa no período estudado foi encontrada através da razão entre o patrimônio líquido de 2020 e 2019, elevado a 1, dividido pelo período (2 anos) e subtraído 1. O resultado do indicador foi de -25,29%. Foi negativo pois houve uma redução do patrimônio líquido de 25,29% a cada ano estudado. Esse resultado do indicador corrobora a tendência de queda do patrimônio líquido analisado anteriormente no ROE, que apontou a redução do patrimônio líquido em função do aumento do endividamento da microempresa.

- ✓ **ESTRUTURA DE CAPITAL** - o capital da microempresa esteve estruturado no ativo ao final de 2019 em R\$ 88.320,00, sendo 34,48% em ativo circulante e 65,52% em ativo não circulante. Neste ano a estrutura do passivo total de R\$ 88.320,00 era composta por 74,83% de capital de terceiros e 25,17% de capital próprio. Em 2020 o ativo somava R\$ 87.914,00 dos quais 46,54% eram de ativo circulante e 53,46% de ativo não circulante, porquanto o passivo total era de R\$ 87.914,00 sendo que 85,89% era capital de terceiros e 14,11% capital próprio, conforme apresentado na tabela (2):

**Tabela 2** - Estrutura de Capital - Estúdio Maria Nogueira

ATIVO	2019	2020	PASSIVO	2019	2020
Circulante	34,48 %	46,54 %	Passivo Circulante e Não Circulante <u>CAPITAL DE TERCEIROS</u>	74,84%	85,89%
Não Circulante	65,52 %	53,46 %	Patrimônio Líquido <u>CAPITAL PRÓPRIO</u>	25,16%	14,11%
TOTAL	100%	100%	TOTAL	100%	100%

**Fonte:** Elaborado pelos autores

A estrutura de capital sofreu significativa alteração tanto no ativo total como no passivo total. O ativo circulante aumentou 12,06 pontos percentuais pelo aumento do caixa oriundo dos valores recebidos via empréstimo da pessoa física dos empresários para a pessoa jurídica, e dos empréstimos realizados para pagamento de custo fixo. Além disso, a falta de recursos para investimento em imobilizado fez com que o ativo não circulante fosse reduzido por conta da depreciação, não havendo nenhuma compra de máquina ou equipamento, fazendo com que a proporção do ativo circulante fosse aumentada.

O passivo circulante e não circulante, também denominado capital de terceiros, obtiveram um acréscimo 11,05 pontos percentuais, demonstrando que a organização aumentou o seu nível de endividamento para consecução de seu objetivo de manutenção das suas atividades. O Patrimônio líquido, também denominado capital próprio, foi reduzido nos períodos em 11,05 pontos percentuais. Isso ocorreu porque a organização dispôs de boa parte de seus recursos próprios para pagamento de seus custos e despesas no período de 2020.

- ✓ **VARIAÇÕES** - Para melhor observação dos resultados foram elaboradas as seguintes tabelas com ênfase na variação de cada lançamento do balanço patrimonial. As variações do passivo circulante e não circulante, ativo, e patrimônio líquido e lucro acumulado da microempresa nos períodos analisados foram as seguintes (Tabela 3):

**Tabela 3** - Variações do PC, PNC, AT, PL e LA

	2019	2020	Variação
PC e PNC	66.096,00	75.508,00	14,24%
Ativo Total	88.320,00	87.914,00	-0,46%
PL	22.224,00	12.406,00	-44,18%
LA	12.224,00	2.406,00	-80,32%

**Fonte:** Elaborado pelos autores

As variações dos resultados dos indicadores nos períodos estudados foram destacadas na seguinte tabela (Tabela 4):

**Tabela 4** - Variações do EBITIDA, ROA e ROE

	2019	2020	Variação (pontos percentuais)
EBITIDA	40,96%	32,10%	-8,86
ROA	13,84%	2,74%	-11,10
ROE	55,00%	19,39%	-35,61

**Fonte:** Elaborado pelos autores

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise e interpretação dos indicadores financeiros destacados neste estudo tem como contexto uma crise sanitária e, conseqüentemente, econômica que se iniciou em março de 2020. Houve, nesse contexto, uma queda na oferta de bens e serviços e uma alta forte no dólar. Estes acontecimentos afetaram fortemente a economia local tendo em vista que muitos insumos são cotados em dólar, o que no curto prazo gera inflação.

Por exemplo, algumas tinturas de coloração de cabelo utilizadas nos clientes da microempresa Estúdio Maria Nogueira são de origem estrangeira. Essas tinturas aumentaram de preço rapidamente neste período. Os preços dos serviços em que são utilizadas estas tinturas, por sua vez, não puderam ser reajustados por completo para os clientes visto que a forte concorrência no setor impossibilita a correção integral, sob pena de se diminuir ainda mais a receita.



A escolha por parte dos proprietários, portanto, nesse ano citado, foi de sobrevivência da empresa. Para isso a empresa utilizou de todas as ferramentas disponibilizadas pelo Estado como auxílios para pagamento de salários, empréstimos a juro baixo via banco de fomento e postergação de pagamentos de impostos. Não obstante o, auxílio concedido pelo Estado, os resultados dos indicadores estudados em geral apontaram para uma queda forte.

O ROA (Retorno do Ativo) em 2020 da microempresa teve queda de 11,10 pontos percentuais em relação ao ano anterior, o qual não houve pandemia. O ROE (Retorno do Patrimônio Líquido) demonstrou uma queda de 35,61 pontos percentuais em 2020 em relação ao período anterior. O *Payback* apresentou que a empresa demoraria aproximadamente 5 vezes mais tempo para recuperar o aporte do capital social no ano de 2020 em relação a 2019. O EBITIDA resultou em uma queda de 8,86 pontos percentuais demonstrando o achatamento da margem operacional da organização e o CAGR destacou a queda anual de 25,29% do patrimônio líquido nos dois anos estudados.

Dentre todos os resultados, apesar de todos terem apontado para queda forte, apenas o retorno do ativo de 2020 apresentou um rendimento inferior ao da taxa básica de juro SELIC acumulada desse mesmo ano. No entanto, como o ativo da microempresa não possui liquidez para realocá-lo em um investimento de renda fixa com rendimento da taxa SELIC no curto prazo, conclui-se que a melhor alternativa, considerando que o período de pandemia é temporário, e a iminência de uma mudança política e econômica em 2022, é pela manutenção da atividade comercial principal da organização.

Quanto aos proprietários da Microempresa Estúdio Maria Nogueira, ao analisarem o estudo, decidiram manter o negócio ativo, no mesmo modelo, porém, com alguns pequenos ajustes como requerer dos profissionais comissionados a compra de insumos para utilização nos clientes, que antes eram de responsabilidade dos proprietários. Em contrapartida os profissionais receberam um rateio percentual maior por serviço prestado. Houve um aumento no custo dos insumos, em geral, nos anos da pandemia, mas com o repasse deste custo aos profissionais, eles naturalmente economizaram no uso da matéria-prima nos clientes, obtendo o mesmo resultado e qualidade, com um menor custo.

O estudo mostra alguns dos problemas enfrentados pelo Estúdio Maria Nogueira nesse período ímpar de pandemia, mostrando os erros e acertos. Empresas do mesmo setor, ao analisarem a estratégia dos sócios e as decisões tomadas, podem ser beneficiadas

no momento do planejamento estratégico e da tomada de decisões, tornando o planejamento mais objetivo e as decisões mais assertivas, poupando-os de ações equivocadas e aumentando a eficiência de sua equipe.

Em um cenário pós-pandemia o movimento de trabalho (tratamentos de beleza) tende a aumentar, ou ao menos apenas voltar ao que era pré-pandemia, e para isso a empresa precisa estar preparada para atender essa demanda, o número de funcionários precisa voltar ao normal, os espaços e equipamentos precisam estar preparados, e o nível de investimento precisa estar à altura do que foi planejado para atender os clientes e concretizar os objetivos traçados. Partindo do pressuposto de que existe uma escassez de pesquisas que abordem o tema aqui apresentado, e a sua relevância principalmente para empreendedores ligados ao segmento, recomenda-se que novas pesquisas sejam desenvolvidas dando continuidade a este trabalho, principalmente em tempos pós pandemia, o que proporcionaria novos horizontes a empresas e demais envolvidos neste ramo de atuação.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Histórico das taxas de juros.** Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp>>. Acesso em: 04 set. 2021.

BRASIL. Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm)>. Acesso em 27 de out.2021.

CHURCHILL, Gilbert A.; PETER, J. Paul. **Marketing:** Criando valor para os clientes. São Paulo: Saraiva, 2000.

DINO. Mercado de estética em alta demanda no Brasil. **Terra.** 20/01/2020. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/dino/mercado-de-estetica-em-alta-demanda-no-brasil,995bdfd1bf6bdd88eb2a14625ff5c2b2xmx83gh.html>> Acesso em 27 de out.2021.

FAVERO, Hamilton Luiz; et al. **Contabilidade:** Teoria e prática. São Paulo: Atlas,1997.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira e orçamentaria.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

LIGNELLI, Karina. Com pandemia, 20% dos salões de beleza devem encerrar atividades. **Diário do Comércio**. S.P., 18/01/2021. Disponível em: <<https://dcomercio.com.br/categoria/negocios/com-pandemia-20-dos-saloes-de-beleza-devem-encerrar-atividades>> Acesso em 27 de out.2021.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINI, Luigi. Contabilidade Geral. 2013. **Portal Idea**. Disponível em: <https://portalidea.com.br/cursos/c89db023d90203a4f4bb6bba65a11a39.pdf>. Acesso em 27 de out.2021.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012.

SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Contabilidade geral**. 3. ed. rev. amp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração-UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2015. 124p.

SILVA, Giselle Damasceno da. Índices Financeiros e Lucratividade - Um Estudo Dos Índices de Rentabilidade. **Perito Contador**. 2007. Disponível em: <http://peritocontador.com.br/wp-content/uploads/2015/03/Giselle-Damasceno-da-Silva-%C3%8Dndices-Financeiros-e-Lucratividade-Um-Estudo-dos-%C3%8Dndices-de-Rentabilidade.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2021.